

# Fecharam 29 empresas de construção por dia até Junho

Governo cria regime excepcional para caucões no sector da construção.

Dírcia Lopes  
dircia.lopes@economico.pt

A situação de colapso em que o sector da construção se encontra não dá sinais de melhoria. Ontem, no dia em que o ministro da Economia, Álvaro Santos Pereira, foi à comissão parlamentar de Obras Públicas para falar sobre a crise nesta actividade, o presidente da Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário (CPCI), Reis Campos, revelava ao Diário Económico que, no primeiro semestre, “o sector perdeu 29 empresas por dia e 430 trabalhadores diários”.

Perante este desempenho, Reis Campos salienta que “o primeiro semestre foi o pior dos últimos 30 anos”, por isso garante que o sector nunca viveu uma situação tão deprimente como a actual.

O mesmo responsável, que assistiu à audição de Álvaro Santos Pereira, foi peremptório em reclamar “uma atitude do Governo no sentido de estancar esta degradação do tecido empresarial”, sobretudo numa altura em que se regista menos 44% de encomendas oriundas do segmento de obras públicas. Reis Campos defende que o



O presidente da Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário, Reis Campos, alerta que o sector perdeu 430 postos de trabalho por dia primeiro semestre.

mercado privado tarda em recuperar “devido ao adiamento da lei do arrendamento e ao facto de a reabilitação urbana não tem sido a prioridade que o Governo tinha apontado”.

Sobre o recém-criado Fundo Vallis, presidido por Pedro Gonçalves e destinado à consolidação das construtoras, o presidente da CPCI lamenta que, “neste momento, tem servido para muito pouco”. “É público que apenas duas ou três empresas aderiram, logo ainda não teve efeitos práticos.”

Na audiência parlamentar – no âmbito de um requerimento potestativo do Partido Comunista –, Santos Pereira admitiu que o sector é dos mais afectados pela falta de liquidez e acesso ao crédito, pelo que o Governo vai adoptar medidas de excepção. Será feita a alteração do regime das garantias prestadas, em que as caucões possam ser libertadas num período de cinco anos em parcelas de 30%, 15% e 10%.

Com esta medida, o Executivo estima “poupanças na ordem dos 160 milhões de euros para as empresas”. O impacto financeiro deste regime de excepção “será a libertação de mais de 5.300 milhões de euros de garantias”, esclareceu o ministro. Os contratos de obras públicas já celebrados ou a celebrar, até 1 de Junho de 2016, serão abrangidos por este regime.

Álvaro Santos Pereira avançou ainda que, no âmbito do programa JESSICA, o Executivo está a analisar 113 candidaturas de projectos de reabilitação urbana avaliados em 611 milhões de euros, sendo que já foram assinados dois contratos. ■

## DÍVIDAS

**1.400 milhões**

Total em euros das dívidas do Estado para o sector da construção. Deste valor, mais de 930 milhões são da responsabilidade das autarquias, enquanto cerca de 400 milhões é da administração central.

## DESEMPREGO

**140 mil**

Número de postos de trabalho que o sector deverá perder até ao final de 2012, sendo que no primeiro trimestre já foram para o desemprego 38 mil pessoas afectas à construção.